

ORIENTAR A CONDUTA, PROJETAR O CANDIDATO: AUTORIDADE E CUIDADO EM UM POST SOBRE O ENEM 2025 (PARTE II DE SEMIOSES, SUJEITOS E IDEOLOGIAS NO DISCURSO DIGITAL)

**GUIDING CONDUCT, PROJECTING THE CANDIDATE: AUTHORITY AND
CARE IN A POST ABOUT ENEM 2025 (PART II OF SEMIOSES, SUBJECTS,
AND IDEOLOGIES IN DIGITAL DISCOURSE)**

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 27/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792991441](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792991441)

Lillian Telma Naitzel Siring Timm¹

Sérgio Nunes de Jesus²

RESUMO

Este artigo dá continuidade à leitura discursivo-semiótica de posts sobre o Enem 2025, deslocando o foco da seleção de argumentos e da apresentação temática para a orientação da conduta do candidato. O corpus é uma reprodução de postagem atribuída ao Inep, com recomendações sobre alimentação, descanso e chegada antecipada. A pesquisa qualitativa articula duas perspectivas distintas: posição-sujeito e memória discursiva, na Análise de Discurso materialista (ADm); modalização e programa narrativo, além de tematização e figurativização, na Semiótica Discursiva. O procedimento distingue descrição material, interpretação e limites documentais. As análises identificam uma autoridade apresentada sob forma de aconselhamento, a distribuição de ações entre instituição e destinatário e a coexistência de precisão horária com recomendações de execução indeterminada. A paisagem participa do enquadramento cordial sem demonstrar tranquilização efetiva, sucesso acadêmico ou antecipação do tema da redação. O programa de preparação permanece projetado, pois o texto não representa seu cumprimento. Em relação à primeira parte, o estudo desenvolve a diferença entre reconhecer uma orientação, compreender sua pertinência e dispor de condições para realizá-la. Como encaminhamento, propõe-se uma leitura crítica que explicita critérios, responsabilidades e condições práticas das ações recomendadas, preservando a distinção entre análise discursiva, descrição semiótica e comprovação de efeitos sociais.

Palavras-chave: Análise de Discurso Materialista; Semiótica Discursiva; Comunicação institucional; Enem 2025; Leitura crítica.

ABSTRACT

This article continues the discursive-semiotic reading of posts about Enem 2025, shifting the focus from the selection of arguments and

thematic presentation to the guidance of the candidate's conduct. The corpus is a reproduction of a post attributed to Inep, with recommendations on food, rest and early arrival. The qualitative research articulates two distinct perspectives: subject-position and discursive memory, in materialist Discourse Analysis (ADm); modalization and narrative program, as well as thematization and figurativization, in Discursive Semiotics. The procedure distinguishes material description, interpretation and documentary limits. The analyses identify an authority presented in the form of advice, the distribution of actions between institution and addressee and the coexistence of time precision with recommendations of indeterminate execution. The landscape participates in the cordial framing without demonstrating effective reassurance, academic success or anticipation of the essay topic. The preparation program remains projected, since the text does not represent its fulfillment. In relation to the first part, the study develops the difference between recognizing a guidance, understanding its pertinence and having the conditions to carry it out. As a way forward, a critical reading is proposed that makes explicit the criteria, responsibilities and practical conditions of the recommended actions, preserving the distinction between discursive analysis, semiotic description and proof of social effects.

Keywords: Materialist Discourse Analysis; Discursive Semiotics; Institutional communication; Enem 2025; Critical reading.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Continuidade do Estudo e Delimitação do Problema

A primeira parte, intitulada *semioses, sujeitos e ideologias no discurso digital: leitura discursivo-semiótica de posts do Instagram*

sobre a redação do Enem 2025, examinou dois recortes. Um oferecia “melhores argumentos” e recusava “argumentos de bolso”; outro apresentava o tema sobre envelhecimento em composição com marcas institucionais. A análise distinguiu legitimação por seleção e diferenciação de legitimação por reconhecimento institucional. Esses resultados fornecem o suporte documental desta segunda parte, sem converter a comparação em uma sequência cronológica de publicações (Semioses [...], s. d.).

O novo recorte amplia: *além de reconhecer o que seria relevante para escrever, o destinatário é chamado a organizar ações anteriores à prova*. Alimentação, sono e antecedência passam a compor a projeção do participante. A continuidade entre os estudos está no exame da autoridade, das posições atribuídas ao interlocutor e da composição verbo-visual. O deslocamento está na natureza da ação orientada: o primeiro texto se concentrava na preparação argumentativa; esta parte examina a preparação corporal e temporal para comparecer ao exame.

Agora a questão que orienta o estudo é: *como a materialidade verbo-visual da postagem articula autoridade institucional e aconselhamento na construção do candidato ao Enem?* O problema permite examinar a especificidade do enunciado sem transformar o estudo de um *post* em diagnóstico de toda a comunicação do Estado. Interessa observar quem é autorizado a orientar, quais ações são recomendadas e que relação essas ações estabelecem com a preparação imediata para o exame.

O problema da segunda parte pode ser especificado pela relação entre orientação e possibilidade de realização. *De que maneira o post torna o cuidado e a pontualidade ações reconhecíveis como*

responsabilidades do candidato e como apresenta essa convocação em uma cena visual cordial? Essa formulação permite tratar a autoridade sem presumir coerção e tratar o cuidado sem atribuir sentimentos à instituição. A interpretação deve explicar a relação entre palavras, imagens e lugares de enunciação, conservando o limite da reprodução examinada.

1.2. Objetivos e Contribuição da Segunda Parte

Isso posto, o objetivo é analisar essa articulação por duas perspectivas teoricamente distintas; já os específicos consistem em identificar as marcas da posição institucional, examinar a projeção do destinatário, descrever as modalizações presentes nas recomendações e investigar a relação entre temas e figuras. A discussão pedagógica decorre desse trabalho, como possibilidade de leitura crítica, sem assumir que houve aplicação em sala de aula ou mensuração da aprendizagem.

A hipótese analítica aponta para a composição que apresenta uma autoridade por aconselhamento. A expressão designa, neste estudo, a relação entre assinatura institucional, comandos de preparação e formas reconhecíveis de recomendação cotidiana. Não constitui, portanto, um conceito atribuído aos autores teóricos nem diagnóstico de toda a comunicação pública. Sua pertinência será demonstrada pela articulação entre “DICA DO DIA”, imperativos, possessivo, informação temporal e encerramento cordial.

O encadeamento com o texto anterior permite examinar três relações sem pressupor equivalência entre os materiais: selecionar recursos, reconhecer uma informação e orientar ações. Nos dois primeiros recortes, os pontos críticos eram a explicitação dos

critérios e a autenticação da procedência. No recorte atual, acrescenta-se a diferença entre receber uma recomendação e poder executá-la. A contribuição sequencial consiste em desenvolver essa diferença com base nas marcas do *post*, mantendo a separação entre *efeito de sentido* e *resposta efetiva do leitor* (Semioses [...], s. d.).

2. BASES TEÓRICAS E ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

2.1. Posição-Sujeito e Memória Discursiva

Pêcheux (1995) permite situar a produção de sentidos na relação entre língua, história e ideologia. A posição-sujeito não corresponde apenas a uma pessoa ou a um cargo: diz respeito à inscrição do dizer em relações que tornam determinados sentidos possíveis e reconhecíveis. Orlandi (2015) oferece procedimentos para investigar essa inscrição, articulando o texto às condições de sua produção. Assim, no *corpus*, importa examinar a autorização para orientar e a projeção de quem deve receber a orientação.

Nessa perspectiva, a memória discursiva não equivale à lembrança consciente de um leitor. Ela participa da possibilidade de reconhecer enunciados e relações já significados socialmente. A familiaridade de “durma bem” não demonstra a origem familiar da postagem; permite perguntar como uma formulação reconhecível de aconselhamento funciona quando assinada por uma instituição - não há, na reprodução, uma citação identificada de outro texto que autorizaria falar em intertextualidade estrita.

Sendo assim, o interesse de Orlandi (1995) pelo verbal e pelo não verbal sustenta a necessidade de considerar a especificidade das materialidades. Na análise aqui desenvolvida, a paisagem não é/será

convertida integralmente em uma frase que pretenda esgotar seus sentidos. A presença das imagens será examinada em relação com o quadro de orientações, a distribuição espacial e a identificação oficial. O verbo e a imagem participam da mesma composição, mas não significam de maneira idêntica, por exemplo.

A primeira parte já havia indicado que a marca institucional produz reconhecimento sem autenticar automaticamente a publicação. A mesma distinção permanece aqui: examina-se uma orientação atribuída ao INEP pelo documento e acompanhada de assinaturas visíveis. Essa inscrição permite analisar o lugar de autoridade no enunciado. Não permite reconstruir a decisão da equipe de comunicação nem identificar o produtor empírico da imagem. A posição-sujeito é investigada no funcionamento do dizer, em sua relação com a avaliação educacional (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2015).

A memória discursiva, por sua vez, é trabalhada pela familiaridade das recomendações: “Durma bem” e “boa prova” são formulações reconhecíveis como aconselhamento e voto favorável, mas o recorte não documenta uma origem familiar exclusiva. O interesse está na *mudança das condições de leitura quando esses dizeres são articulados a uma assinatura institucional*. O mesmo conselho pode ganhar pertinência específica por integrar a organização do exame. Essa relação exige descrição, evitando transformar familiaridade verbal em demonstração da fonte anterior identificável.

Para tanto, a ideologia integra o problema da evidência: o enunciado apresenta como pertinentes ações que o destinatário deveria organizar antes da prova. A análise precisa observar a distribuição dessas ações e as possibilidades pressupostas, sem supor que o post explique todas as condições de participação. A responsabilização

identificada será delimitada à preparação imediata; ou seja, uma conclusão sobre desigualdades estruturais ou políticas públicas exigiria outro arquivo, embora a pergunta sobre as condições de execução seja pertinente ao gesto de leitura (Pêcheux, 1995; Althusser, 2022).

2.2. Modalização e Organização Discursiva na Perspectiva Greimasiana

A Semiótica Discursiva greimasiana toma a significação como organização relacional. Greimas (1973) fornece uma base para o estudo de estruturas semânticas, enquanto Barros (2005) sistematiza categorias pertinentes à análise de textos. No percurso gerativo, distinguem-se níveis de descrição que permitem examinar valores, ações e investimentos discursivos. Esses níveis não correspondem à ordem cronológica da leitura nem precisam aparecer como episódios completos em uma publicação breve.

O nível fundamental envolve relações semânticas mais abstratas; o narrativo descreve sujeitos, objetos, estados e transformações e o encadeamento lógico das competências e manipulações. O nível discursivo considera os investimentos de pessoa, tempo, espaço, temas e figuras. No *corpus*, a análise prioriza o programa de preparação e sua apresentação discursiva. Logo, a oposição cuidado e descuido funciona como hipótese orientadora, sustentada pelas recomendações positivas de cuidado, mas o descuido não é representado diretamente como estado inicial do destinatário.

Ainda na mesma perspectiva analítica, a figurativização envolve o investimento de elementos reconhecíveis, enquanto a tematização permite observar valores e campos de sentido articulados; flores,

casa, árvore e céu não constituem um código universal de sentimentos. São examinados na relação com as recomendações e com a composição. Essa orientação impede que a associação simbólica isolada substitua a descrição semiótica. A análise do plano de conteúdo e a descrição do plano de expressão, por exemplo, devem trabalhar conjuntamente, sem fundir suas categorias.

A distinção entre as perspectivas é necessária para que a continuidade não resulte em fusão teórica. Na primeira parte, “discursivo-semiótica” nomeava a leitura de relações significantes orientada pela ADm e pela imbricação material. Nesta segunda parte, a Semiótica Discursiva greimasiana é mobilizada explicitamente como abordagem adicional, com categorias próprias. Trata-se de um aprofundamento do projeto, e não da aplicação retroativa de categorias greimasianas ao primeiro artigo.

A posição-sujeito e o sujeito narrativo não serão usados como sinônimos. A primeira categoria envolve relações históricas e ideológicas do dizer; a segunda descreve uma função em um programa de ações e valores. Do mesmo modo, memória discursiva e isotopia não designam o mesmo funcionamento. A memória interroga a inscrição de formulações reconhecíveis; a isotopia permite examinar recorrências semânticas que sustentam coerência. A interlocução entre os resultados ocorrerá depois de demonstradas as operações em cada perspectiva (Pêcheux, 1995; Barros, 2005).

A organização modal será especificada em relação ao comparecimento e à preparação imediata. Saber um horário não equivale a saber responder às questões, e receber comandos não garante poder executá-los. Essa precisão evita atribuir ao post uma

competência integral para o exame. O programa narrativo será tratado como proposta de transformação, pois o recorte não mostra uma execução concluída. A paisagem e o voto favorável participarão da interpretação discursiva sem serem convertidos em sanção ou recompensa.

3. *CORPUS* E PROCEDIMENTOS DE LEITURA

3.1. Reprodução Documental e Sequências Analíticas

O recorte é uma reprodução de postagem incorporada ao arquivo examinado. A data de 8 de novembro de 2025 e a atribuição ao perfil do INEP são informações registradas nesse documento. A imagem, por sua vez, permite verificar a formulação verbal e as assinaturas visíveis. Essa distinção evita atribuir à reprodução informações de circulação que ela não apresenta, como legenda completa, endereço original, comentários ou número de visualizações.

Figura 1. Reprodução do post sobre cuidado e preparação para o Enem.



Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/enem/2025/noticia/2025/11/10/inep-deu-spoiler-do-tema-dareadacao-do-enem-2025-brincam-alunos.gh.html>. Documento-base: Orientar a

conduta, projetar o candidato, que identifica a reprodução como proveniente de Post 3 = REAVALIAR.docx. Acesso em: 31 ago. 2026

O título visível é “DICA DO DIA”, seguido da marca “Enem”. O quadro branco contém: “CUIDE BEM DA ALIMENTAÇÃO E DURMA BEM. AMANHÃ SUA PROVA COMEÇA ÀS 13H30. CHEGUE COM ANTECEDÊNCIA E BOA PROVA!”. A transcrição preserva as palavras visíveis, com regularização dos espaços e sem reproduzir as quebras de linha. As expressões serão retomadas como fragmentos do *corpus*, não como citações de obras teóricas.

A composição apresenta um campo de girassóis, uma casa de paredes claras, árvore, céu com nuvens e arco-íris. A aparência da casa não sustenta a descrição de uma construção de madeira. Na

base aparecem as identificações do INEP, do Ministério da Educação e do Governo do Brasil. A reprodução também contém elementos de interface, incluindo um botão parcialmente visível de compartilhamento. Esses elementos não serão confundidos com a autoria visual original.

A reprodução contém marcas de seleção e recorte, como pontos de controle na margem e botão parcialmente visível. Esses elementos pertencem ao arquivo recebido e não serão atribuídos ao desenho original da publicação. A imagem preserva as recomendações e as assinaturas, mas não fornece o contexto completo de postagem. A data de 8 de novembro de 2025 é mantida como informação registrada no documento-base; não resulta de verificação independente da publicação original.

Para a continuidade da série, este material será denominado Post 3, enquanto os dois recortes do artigo anterior permanecerão como *Posts* 1 e 2. Essa numeração tem função de organização da pesquisa. Não implica que as três peças tenham circulado em uma mesma conta, alcançado o mesmo público ou constituído uma campanha. O objeto atual é a postagem reproduzida, cuja relação com os outros recortes decorre do problema analítico comum.

As sequências foram delimitadas de acordo com as funções enunciativas observáveis. SD1 corresponde a “DICA DO DIA”; SD2, a “Cuide bem da alimentação e durma bem”; SD3, a “Amanhã sua prova começa às 13h30”; SD4, a “Chegue com antecedência”; SD5, a “Boa prova”. A marca “enem” e as assinaturas institucionais serão lidas em relação com essas sequências. A transcrição regulariza espaços e capitalização na discussão, preservando o conteúdo lexical do corpus.

3.2. Operações de Análise e Critérios de Validação

O estudo segue quatro operações. A primeira é descrever a reprodução, separando palavras, figuras e marcas institucionais. A segunda é estabelecer unidades de análise, mantendo as relações entre elas. A terceira é aplicar os conceitos selecionados, com explicitação das marcas que sustentam cada leitura. A quarta é confrontar os resultados das duas perspectivas, indicando o que se pode concluir e o que exigiria ampliação do *corpus*. Não se trata de extrair mensagens ocultas por livre associação.

Para a ADm, foram selecionadas posição-sujeito e memória discursiva. Condições de produção, formação discursiva e ideologia funcionam como conceitos necessários à construção do dispositivo. Para a Semiótica Discursiva, foram selecionados dois eixos: modalização e programa narrativo; tematização e figurativização. O plano de expressão é descrito como parte da materialidade visual, sem presumir correspondências semissimbólicas que não sejam demonstradas.

A metodologia também admite reformulação das hipóteses. Caso uma figura não encontre apoio verbal ou relacional para determinado sentido, sua interpretação deve ser limitada. Assim, o arco-íris não é previamente traduzido como prêmio, e o amarelo não é definido como saber. O percurso analítico privilegia relações observáveis e conserva a diferença entre presença textual, pressuposição analítica e realização empírica.

O procedimento aprofunda o princípio empregado na primeira parte: cada inferência deve indicar a marca que a sustenta e a informação que permanece ausente. A expressão “amanhã” permite

descrever dependência do contexto temporal; não permite estabelecer a data absoluta quando a reprodução é vista sem seu registro de origem. O imperativo permite examinar uma convocação à ação; não comprova cumprimento. A paisagem permite investigar um enquadramento de cordialidade; não comprova estado emocional do destinatário.

A comparação entre perspectivas e entre os três posts constitui uma etapa posterior à leitura de cada material. Primeiro se descrevem as relações internas do recorte atual; depois se confrontam os achados com os pontos críticos do artigo anterior. A comparação amplia perguntas, mas não transfere resultados mecanicamente. A superioridade anunciada de argumentos no *Post 1* e a orientação de sono no *Post 3*, por exemplo, exigem evidências e dispositivos específicos.

A validação interpretativa consiste em retornar ao corpus e distinguir descrição, hipótese e proposição pedagógica. Não se trata de validação estatística nem de experimento com estudantes. Uma leitura pode ser consistente por explicar relações observáveis e manter alternativas em aberto. Seu alcance não aumenta pela quantidade de conceitos aplicados, mas pela precisão com que cada categoria esclarece uma relação significativa.

4. ANÁLISE MATERIALISTA DA AUTORIDADE E DA CONDUTA

4.1. Conselho Institucional e Atribuição do Cuidado Ao Candidato

O fragmento “DICA DO DIA” apresenta o conteúdo como orientação breve e circunstancial. A palavra “dica” aproxima o dizer de práticas cotidianas de recomendação. Ao mesmo tempo, “do dia” restringe sua pertinência a um momento do calendário. A postagem não se

apresenta como edital nem como documento regulamentar. Esse enquadramento participa do modo como o destinatário é convidado a ler os comandos seguintes.

A marca “enem”, imediatamente abaixo do título, delimita o campo de pertinência da recomendação. Alimentação, sono e antecedência poderiam aparecer em inúmeros contextos; nessa composição, são relacionados à realização do exame. O título não elimina a autoridade institucional, mas modifica seu modo de apresentação. A assinatura oficial permanece na base e vincula o conselho a uma fonte reconhecível. A combinação permite formular uma interpretação de autoridade apresentada por meio de aconselhamento.

Na perspectiva da posição-sujeito, o dizer constitui uma assimetria. Uma instância orienta; outra é projetada como destinatária das recomendações. O registro de proximidade não torna iguais essas posições. A instituição dispõe da autorização discursiva para informar o horário e orientar a participação; o candidato é chamado a organizar seu comportamento. A leitura sustenta essa assimetria por marcas presentes, sem converter a publicação em evidência de coerção total.

“Cuide bem da alimentação e durma bem” reúne duas ações dirigidas ao destinatário. Os verbos no imperativo orientam uma conduta, enquanto o advérbio “bem”, repetido, qualifica a maneira desejada de realizá-la. A formulação não apresenta critérios nutricionais nem duração de sono; sua generalidade favorece a circulação como conselho breve. O enunciado chama o candidato a agir sobre a própria preparação corporal.

O cuidado não aparece como serviço oferecido pela postagem, mas como ação atribuída ao destinatário. A instituição recomenda; o candidato deve executar. Essa distribuição permite analisar um efeito de responsabilização individual pela preparação imediata. Não se conclui, contudo, que a postagem responsabiliza o candidato por toda a sua trajetória escolar ou pelo resultado final. A leitura permanece restrita às ações efetivamente solicitadas.

A articulação entre título e comando permite examinar uma tensão específica: “dica” apresenta o dizer como recomendação cotidiana, enquanto “cuide”, “durma” e “chegue” formulam ações no imperativo. O título enquadra o modo de leitura, mas não elimina a direção do fazer. A autoridade por aconselhamento se sustenta nessa combinação, junto à identificação institucional. O registro cordial não dissolve a assimetria entre uma instância que orienta e um destinatário projetado para agir (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2015).

A repetição de “bem” qualifica positivamente alimentação e descanso, mas não especifica como reconhecer a execução adequada dessas práticas. A avaliação aparece linguisticamente definida, enquanto sua medida permanece indeterminada. Esse ponto prolonga o problema observado no artigo anterior: assim como “melhores” apresentava uma classificação sem expor seus critérios no recorte, “bem” orienta a qualidade do fazer sem desenvolver parâmetros. A comparação não iguala os enunciados; mostra duas formas diferentes de produzir uma avaliação cuja explicação fica além da formulação breve.

O pronome possessivo “sua”, na informação temporal, associa a prova ao destinatário e reforça a proximidade do aconselhamento. O sujeito é tratado como participante daquele evento, embora

nenhum indivíduo seja nomeado. A singularização do endereçamento convive com a destinação coletiva do post. Essa composição torna a recomendação pertinente a um interlocutor imaginado e não revela como cada pessoa efetivamente se identificou com ela.

A paisagem contribui para enquadrar os comandos em uma cena visual distante da representação direta de fiscalização. Essa distância permite formular uma hipótese de cuidado cordial, mas não estabelece oposição absoluta entre natureza e instituição. A assinatura oficial integra a própria composição, e o quadro de instruções permanece destacado. O resultado é a coexistência material de orientação e aproximação, não uma substituição da autoridade pelo afeto.

4.2. Tempo Institucional e Condições Pressupostas de Realização

“Amanhã sua prova começa às 13h30” organiza duas formas de marcação temporal. “Amanhã” depende do momento de enunciação; “13h30” especifica um horário. A combinação aproxima a informação do cotidiano do destinatário e, simultaneamente, a relaciona a uma organização institucional. O possessivo “sua” mantém o endereçamento individualizado e inscreve o candidato como participante daquele acontecimento futuro.

A reprodução não informa expressamente o fuso horário. Tampouco o início da prova equivale ao horário-limite de entrada. Por isso, a interpretação não transforma “13h30” em indicação de fechamento dos portões. O estudo examina a formulação visível; detalhes operacionais devem ser conferidos nos documentos oficiais pertinentes. Essa distinção é especialmente importante porque a

clareza discursiva de um horário não substitui a totalidade das regras de participação.

“Chegue com antecedência” complementa a informação sobre o início, estabelecendo uma relação entre tempo individual e calendário institucional. O imperativo solicita planejamento, mas não fixa na postagem a quantidade de antecedência. A orientação torna o comparecimento oportuno um comportamento desejável. O vínculo entre as duas frases sustenta a leitura de uma preparação organizada em função do exame, sem que seja necessário atribuir ameaça não formulada.

A materialidade oferece uma distribuição nítida de ações. A fonte institucional informa e recomenda; o destinatário cuida, dorme e chega. Não se anunciam, nesse recorte, ações de apoio oferecidas ao candidato. Essa constatação descreve o foco enunciativo da postagem. Seria inadequado inferir, a partir dela, ausência de políticas de apoio ou desinteresse institucional pelas condições dos participantes, pois isso demandaria documentos adicionais.

A informação “13h30” e as expressões “bem” e “com antecedência” produzem uma distribuição desigual de precisão. O horário numérico delimita o início anunciado, enquanto a qualidade do cuidado e a margem de chegada não recebem medidas no recorte. O destinatário encontra um tempo institucional especificado e tarefas cujo modo de execução precisa ser interpretado. A análise identifica esse contraste entre precisão do evento e indeterminação prática das recomendações, sem concluir que a peça deveria apresentar um regulamento completo.

“Amanhã” aproxima a informação do presente da publicação. Em uma captura deslocada para outro contexto, esse vínculo pode não ser recuperado apenas pela frase. O recorte evidencia, portanto, uma temporalidade dependente das condições de circulação. A data informada no documento-base ajuda a situar a análise, mas a imagem isolada não atualiza suas orientações para qualquer momento posterior. Essa observação é pertinente à leitura do arquivo digital e não acrescenta uma cronologia não documentada.

O ponto mais produtivo da responsabilização está na passagem entre disponibilidade projetada e possibilidade material. O post reúne ações que parecem poder ser organizadas pelo destinatário; não descreve os recursos necessários para realizá-las. A pergunta crítica é quais condições tornam o conselho executável. Essa pergunta não prova ausência dessas condições em todos os participantes. Ela delimita uma dimensão não enunciada que se torna relevante quando a orientação é tomada como preparação suficiente.

A articulação com a primeira parte desloca o exame da autoridade para sua relação com a ação. Reconhecer uma fonte e compreender uma orientação são processos diferentes de organizar alimentação, sono e deslocamento. A análise mostra que a pertinência discursiva do conselho não contém a garantia de sua realização. Essa diferença será retomada pela Semiótica Discursiva como relação entre modalidades, conservando a especificidade materialista da discussão sobre sujeito e ideologia.

5. ANÁLISE SEMIÓTICA DA PREPARAÇÃO PROJETADA

5.1. Programa Narrativo e Diferença Entre Saber e Poder Realizar

O programa examinado pode ser formulado como preparação imediata para comparecer à prova. O candidato ocupa a função de sujeito das ações recomendadas; o objeto-valor é essa preparação em condições consideradas adequadas pelo enunciado. A instância institucional é tomada como destinador da orientação, pois propõe valores e ações. Essas funções são posições analíticas no texto, e não retratos completos das pessoas e organizações envolvidas.

Há programas de uso relativos à alimentação, ao descanso e à chegada antecipada. O vínculo com a prova oferece a esses fazeres uma pertinência específica. Alimentar-se e dormir não constituem, no recorte, objetos finais independentes: integram a preparação anunciada. O desempenho na prova poderia participar de um programa mais amplo, mas não é narrado. Essa diferença evita estabelecer uma sequência causal automática entre seguir os conselhos e alcançar uma boa nota.

O dever-fazer é sustentado pelas formas imperativas “cuide”, “durma” e “chegue”, interpretadas em contexto de orientação. Isso não significa que todo conselho tenha força de obrigação jurídica. O texto apresenta condutas desejáveis sob autoridade institucional, mas não formula penalidades para alimentação ou descanso. A modalidade é examinada na organização semiótica da convocação à ação e deve conservar essa diferença entre recomendação e norma.

Na semiótica, manipulação designa uma relação de fazer-fazer. O conceito não é sinônimo necessário de fraude ou exploração. Uma orientação educacional pode propor ações e buscar adesão sem apresentar informação falsa. Barros (2005) permite distinguir essa organização narrativa do uso cotidiano de “manipulação” como

acusação moral. No *corpus*, há marcas de um destinador que procura orientar a conduta do destinatário antes da prova.

Barros e colaboradores (2003) analisam processos de persuasão em um pronunciamento presidencial. O estudo oferece um exemplo de descrição dos mecanismos em sua organização textual; suas conclusões sobre o discurso político não são transferidas à comunicação sobre o Enem. A referência sustenta o cuidado de demonstrar o funcionamento de cada recorte antes de classificar sua estratégia de adesão.

Classificar a postagem como sedução exigiria mostrar uma imagem positiva do destinatário mobilizada para levá-lo a agir. O recorte não contém elogio explícito à inteligência, ao mérito ou à responsabilidade do candidato. O pronome possessivo “sua” indica endereçamento; os conselhos pressupõem possibilidade de ação; nenhuma dessas marcas basta isoladamente para comprovar sedução. A paisagem pode favorecer uma leitura de cordialidade, mas cordialidade não é critério suficiente para essa classificação.

Também não há ameaça explícita que sustente intimidação, desafio à imagem do destinatário que estabeleça provocação ou oferta de recompensa que permita concluir tentação. É possível considerar efeitos persuasivos do conjunto sem escolher obrigatoriamente uma dessas modalidades. Essa delimitação não enfraquece a análise: conserva a diferença entre o funcionamento geral de orientação para o fazer e sua eventual classificação em uma tipologia específica.

A ordenação textual articula cuidado corporal, anúncio do evento, preparação da chegada e voto favorável. Essa ordenação permite reconstruir relações funcionais, mas não uma narrativa efetivamente

realizada. O *post* propõe fazeres anteriores à prova e informa um dado temporal que pode orientar planejamento. Nenhuma frase narra que o candidato se alimentou, dormiu ou compareceu. “Boa prova” mantém o horizonte favorável sob forma de desejo enunciado, sem sancionar uma performance anterior.

A diferença entre saber e poder realizar constitui um resultado central. Há uma informação temporal oferecida ao destinatário; as condições do comparecimento não são oferecidas nem representadas como adquiridas. O poder-fazer permanece indeterminado no corpus. Isso não significa que todos os candidatos estejam impedidos de agir, mas que a descrição semiótica não pode preencher essa modalidade com fatos inexistentes no texto. O programa projetado admite uma convocação para o fazer sem representar toda a competência necessária.

O querer-fazer também não está demonstrado por “sua prova”. O possessivo estabelece endereçamento, enquanto a adesão do destinatário exigiria outra materialidade. O enunciatário pode ser pressuposto como interessado no exame, mas interesse projetado e aceitação efetiva devem permanecer distintos. Esse limite impede que o processo de orientação seja narrado como contrato concluído apenas porque o *post* utiliza formas de proximidade.

Em continuidade ao artigo anterior, a análise modal explicita uma nova etapa do problema de leitura. Os *Posts 1 e 2* colocavam em destaque recursos e informações; o *Post 3* solicita ações. A passagem para a ação exige examinar como o destinatário é equipado ou apenas convocado. Não há um contínuo automático entre ver a publicação, confiar nela, aceitar a recomendação e

executá-la. Essas operações podem ser relacionadas analiticamente, mas seu encadeamento empírico não foi observado.

5.2. Temas e Figuras na Composição da Orientação

Os temas mais diretamente sustentados pelo corpus são cuidado, preparação imediata e organização temporal. “Alimentação”, “durma” e “antecedência” sustentam esses campos de sentido por sua relação com a prova anunciada. O sucesso acadêmico pode compor o horizonte sociocultural do Enem, mas não deve substituir o tema que as recomendações efetivamente desenvolvem. A postagem não promete vaga no ensino superior nem formula uma trajetória de conquista.

No investimento figurativo, o campo de girassóis ocupa parcela expressiva da composição e envolve a casa. A árvore e a faixa de céu integram uma paisagem distinta de uma sala de exame. Em relação aos conselhos de cuidado e descanso, essa cena pode sustentar uma leitura de ambiente afastado da representação imediata da avaliação. O efeito de tranquilidade é uma interpretação do conjunto, não um significado natural de flores ou de paisagem rural.

O arco-íris aparece no céu, próximo à área do título. A presença da figura não autoriza recuperar obrigatoriamente a narrativa do pote de ouro. Essa narrativa exigiria apoio textual ou comparativo, ausente no recorte. Da mesma forma, o girassol não comprova um percurso em direção ao conhecimento. Sua orientação botânica para a luz não basta para estabelecer uma metáfora acadêmica no texto. Tais associações ampliariam a interpretação além da evidência.

A recorrência de “bem” e o voto “boa prova” estabelecem uma avaliação positiva das práticas recomendadas e do desempenho desejado. É nessa recorrência verbal, articulada à paisagem, que se pode examinar uma isotopia de cuidado e preparação. O resultado não depende de um dicionário de símbolos. Depende da convergência entre os fazeres recomendados, sua avaliação positiva e a cena visual na qual esses enunciados são apresentados.

A composição vertical distribui diferentes funções. Na parte superior, “DICA DO DIA” aparece em letras claras contornadas, destacadas contra o céu; abaixo, a marca do exame identifica o contexto. Na porção inferior, um quadro branco de cantos arredondados reúne as orientações em texto escuro. A faixa azul na base reúne as assinaturas institucionais. A descrição não identifica fonte tipográfica, técnica de edição ou autoria gráfica, pois esses dados não estão disponíveis.

O quadro branco produz uma separação visual em relação ao campo de flores. Essa organização favorece o destaque das instruções sem eliminar a paisagem que as envolve. A diferença entre área textual delimitada e fundo figurativo permite observar uma composição na qual informação prática e ambientação visual se encontram. Não se deduz que todos os leitores seguirão uma mesma ordem de leitura; descreve-se a hierarquia sugerida pelo posicionamento e pelo contraste.

O amarelo recorrente das flores participa da extensão do campo visual, enquanto o azul aparece no céu e na faixa institucional. Essas presenças não estabelecem automaticamente uma correspondência entre amarelo e saber ou entre azul e confiança. Para propor um sistema semissimbólico, seria necessário

demonstrar uma oposição do plano de expressão correlacionada a uma oposição do conteúdo. O contraste entre quadro e paisagem sustenta destaque visual, mas não autoriza sozinho um sistema de valores completo.

O conjunto apresenta um texto sincrético, no qual componentes verbais e visuais participam de uma organização significativa. Isso não significa que a imagem apenas repita os comandos. Ela oferece uma cena que não é descrita verbalmente e que participa de seu enquadramento. As assinaturas, por sua vez, identificam a fonte sem constituir parte da paisagem. A análise preserva essas funções e evita tratar todos os elementos como ilustração indiferenciada de um único tema.

A paisagem não representa a execução literal das recomendações: não há pessoa comendo, dormindo ou chegando ao local de prova. As figuras compõem uma ambientação que acompanha o conselho sem mostrá-lo realizado. Essa diferença é analiticamente produtiva porque impede que a imagem seja tratada como ilustração direta de cada verbo. O visual participa do enquadramento da orientação e preserva uma organização própria, em interlocução com a discussão de Orlandi (1995) sobre verbal e não verbal.

A expressão “DICA DO DIA”, situada sobre o céu, e o quadro de orientações, destacado na região inferior, distribuem o enquadramento e o conteúdo operativo. Entre eles, a marca do exame identifica o contexto. A faixa institucional ocupa a base sem integrar a cena da casa e das flores. A composição articula, assim, anúncio de conselho, ambiente figurativo, instrução e assinatura. Sua leitura pode relacionar essas regiões sem transformá-las em uma ordem obrigatória de percepção.

A recorrência positiva de “bem” e “boa” sustenta uma orientação valorativa reconhecível. Contudo, ela não oferece uma medida única para alimentação, descanso e desempenho. A coerência semântica da preparação convive com a diferença entre qualidade desejada e realização mostrada. O voto favorável encerra o texto sem produzir uma prova visual de êxito. Essa relação ajuda a descrever a cordialidade do conjunto sem recorrer a significados universais de arco-íris, girassol ou casa (Barros, 2005).

O resultado semiótico articula um programa de preparação projetado e uma cena que o apresenta sob registro de cuidado. Não se formula um quadrado semiótico de sucesso e fracasso porque o recorte não desenvolve essas posições. Também não se atribui função de prêmio ao arco-íris ou estatuto de moradia real à casa. A inovação da leitura consiste em demonstrar como a ambientação participa do conselho ao mesmo tempo que deixa o fazer fora da representação.

6. RESULTADOS SEQUENCIAIS E ENCAMINHAMENTO PEDAGÓGICO

6.1. Relações Entre os Três *Posts* e Limites da Comparação

A leitura materialista identifica uma posição institucional que orienta e informa, projetando um candidato responsável por ações de preparação. A leitura semiótica descreve a proposta de fazer-fazer, as modalizações e os investimentos discursivos desse percurso. As abordagens convergem na atenção às relações entre orientação, cuidado e destinatário, mas não produzem resultados intercambiáveis. A posição-sujeito é histórica e ideológica; o actante designa uma função na organização narrativa.

A comparação sustenta três operações de orientação, delimitadas às peças analisadas. O primeiro post classifica e diferencia argumentos; o segundo apresenta uma informação temática com marcas reconhecíveis; o terceiro recomenda ações anteriores ao exame. O objeto da autoridade se modifica: seleção de recursos, identificação temática e organização da conduta. A continuidade está na relação entre quem orienta e o destinatário projetado para reconhecer a pertinência do dizer.

Os recortes também deixam questões distintas sem desenvolvimento. No *Post 1*, a superioridade anunciada demanda critérios; no *Post 2*, o reconhecimento institucional demanda verificação da procedência e elaboração do tema; no *Post 3*, a orientação demanda condições de realização. A síntese do Quadro 1 (abaixo) conserva essas diferenças. As operações são resultados interpretativos desta série de trabalho, não categorias comprovadas para todo o discurso educacional digital.

Quadro 1. Continuidade analítica entre a primeira e a segunda parte.

Material	Marca central	Operação de orientação	Questão a desenvolver
Post 1 Parte I	“Melhores argumentos”; recusa dos “argumentos de bolso”	Seleção e diferenciação	Que critérios sustentam a classificação?
Post 2 Parte I	Tema enquadrado; marcas institucionais	Apresentação e reconhecimento	Como verificar a procedência e construir uma tese?

Post 3 Parte II	“Cuide”; “durma”; “chegue”; informação temporal	Aconselhament o e convocação para agir	Que condições tornam a ação realizável?
----------------------------	--	--	---

Fonte: Elaboração analítica a partir dos materiais examinados.

O quadro não atribui aos três materiais uma autoria comum nem demonstra a passagem de um mesmo leitor entre eles. Sua função é relacionar os problemas analíticos dos dois artigos. As palavras do corpus permitem comparar modos de orientar; o comportamento dos destinatários permanece fora da demonstração. Essa distinção torna a parte dois sequencial em seu argumento, sem inventar uma sequência de circulação.

O alcance da conclusão é a configuração dessa postagem. Para comparar padrões institucionais, seria necessário ampliar a série de publicações. Para examinar recepção, seriam necessários outros materiais. A análise produz uma explicação fundamentada de seu recorte, sem transformar ausência de dados em informação positiva. Sua contribuição está na relação demonstrada entre formas de endereçamento, legitimidade da fonte, organização do fazer e composição visual, conservando as diferenças epistemológicas entre as duas perspectivas.

6.2. Leitura Crítica das Recomendações e Proposta de Continuidade

A BNCC relaciona a formação escolar ao uso crítico das tecnologias digitais, à mobilização de diferentes linguagens e à argumentação apoiada em informações confiáveis (Brasil, 2018). Esse horizonte permite propor uma aplicação pedagógica do percurso analítico. A

proposta a seguir é elaborada a partir dos achados; não constitui intervenção realizada nem demonstra ganho de aprendizagem.

A atividade pode começar pela transcrição e pela descrição separadas. O estudante identifica as recomendações, o horário e o endereçamento, enquanto registra as figuras e as marcas da reprodução. Depois relaciona esses elementos para formular hipóteses de sentido. Essa sequência evita tanto reduzir a leitura à decodificação de palavras quanto atribuir à paisagem uma mensagem sem apoio no conjunto.

Uma segunda etapa examina o estatuto das formulações: “começa às 13h30” informa; “cuide” e “chegue” orientam; “boa prova” deseja um desempenho favorável. O professor pode solicitar que os leitores expliquem por que essas funções coexistem e como a identificação institucional modifica sua pertinência. O objetivo não é escolher uma única função para o post, mas reconhecer a relação entre suas operações.

Em seguida, propõe-se discutir a diferença entre informação e possibilidade de ação. O horário pode ser compreendido, mas o planejamento exige outras condições. A discussão pode perguntar que dados precisariam ser consultados para organizar a participação, sem usar a captura como orientação atual de serviço. A consulta a documentos oficiais corresponderia a uma atividade adicional, distinta da análise desta reprodução de 2025.

A continuidade com a primeira parte permite reunir as perguntas dos três recortes em um mesmo exercício. O estudante explicita critérios para uma classificação de argumentos, distingue reconhecimento institucional de procedência e analisa condições de

cumprimento de um conselho. O encadeamento transforma a autoridade recebida em objeto de leitura, sem exigir desconfiança automática de toda orientação educacional.

A avaliação da atividade pode observar se cada hipótese apresenta evidência, se as conclusões se mantêm proporcionais ao recorte e se o leitor distingue o fazer projetado do fazer realizado. Esses critérios derivam do procedimento deste artigo. Sua eficácia pedagógica dependerá de aplicação e investigação posteriores, com instrumentos específicos para acompanhar os processos de leitura.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda parte desenvolveu o problema da autoridade no discurso digital sobre o Enem por meio de uma reprodução que orienta ações anteriores à prova. Em relação ao artigo precedente, o foco se deslocou da classificação de argumentos e da apresentação de um tema para a organização do cuidado e do comparecimento. A continuidade se estabeleceu no procedimento que relaciona marcas verbais e visuais, projeção do destinatário e limites documentais; pois o aprofundamento incluiu a Semiótica Discursiva greimasiana como perspectiva explicitamente distinta da ADm.

A leitura materialista identificou uma autoridade por aconselhamento sustentada pelo título “DICA DO DIA”, pelos imperativos e pelas assinaturas institucionais. A familiaridade das recomendações não converte a postagem em fala privada nem elimina a assimetria entre orientar e receber a orientação. O candidato é projetado como responsável por alimentação, descanso e chegada antecipada. Essa responsabilização foi delimitada à

preparação imediata, sem inferência sobre toda a trajetória escolar ou sobre a responsabilidade pelo resultado do exame.

A organização temporal mostrou uma diferença entre o horário especificado e a execução indeterminada das recomendações. “13h30” oferece precisão numérica ao evento anunciado; “bem” e “com antecedência” demandam interpretação prática. “Amanhã” depende do contexto de enunciação e não fornece uma data absoluta em qualquer circulação posterior da captura. Esses resultados esclarecem como a síntese concentra informação e orientação sem representar todas as condições necessárias à participação.

A leitura semiótica descreveu um programa projetado de preparação. A instância identificada institucionalmente propõe ações e valores, enquanto o destinatário ocupa a função de sujeito dos fazeres recomendados. A informação temporal não garante poder-fazer, e o post não mostra a adesão ou o cumprimento. Não se identificou fundamento suficiente para classificar a orientação como sedução, tentação, intimidação ou provocação. O voto “boa prova” participa do registro cordial sem funcionar como sanção ou recompensa.

A composição figurativa mostrou que casa, flores e arco-íris participam do enquadramento visual, mas não representam a execução literal dos comandos. A relação com o cuidado decorre do conjunto e não de um código universal de símbolos. A paisagem pode sustentar uma hipótese de cordialidade sem comprovar tranquilização efetiva. A assinatura permanece na base, conservando a legitimação institucional em uma cena que aproxima o conselho de práticas reconhecíveis de orientação.

Uma possível solução para o problema de leitura consiste em articular reconhecimento, interpretação e exame das condições de realização. O destinatário pode identificar a fonte apresentada, distinguir informação de conselho, perguntar pelos critérios das qualificações e explicitar o que seria necessário para executar as ações. Em continuidade à primeira parte, esse encaminhamento reúne três perguntas: o que sustenta uma seleção, como se confirma uma procedência e que condições permitem realizar uma orientação. A proposta transforma as publicações em materiais de discussão fundamentada, sem atribuir eficácia que não foi investigada.

O estudo permanece limitado à reprodução disponível e à comparação analítica com o artigo anterior. Não demonstra autoria gráfica, circulação efetiva, recepção, comportamento dos candidatos ou resultados da prova. Sua contribuição está em mostrar que a autoridade pode se apresentar sob registro de cuidado e que a pertinência de uma recomendação não contém a garantia de sua execução. A sequência dos dois textos oferece, assim, um percurso de leitura que mantém a teoria vinculada às evidências e abre questões pedagógicas passíveis de investigação posterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, Lidia Almeida; CAMARGO, Diva Cardoso de; BECHARA, Eli Nazareth; FONSECA, Daniel; PAPE, Evelyne; BRITO, Sullivan Pereira. Manipulação, contramanipulação e persuasão no discurso presidencial: mecanismos circunstanciais ou sempre atuais? **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 19, n. 1, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502003000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Tb8pJ3wQfMhnQwqKDkHCKSb/>. Acesso em: 13 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**: pesquisa de método. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1973.

ORIENTAR a conduta, projetar o candidato: **autoridade institucional e aconselhamento em uma postagem do INEP sobre o ENEM**: uma análise materialista e semiótica discursiva. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Documento-base em formato DOCX fornecido para reformulação, com reprodução de postagem atribuída ao Inep.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638914. Disponível em:

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

POST 3 = **REAVALIAR**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Documento em formato DOCX fornecido para análise, com reprodução de postagem atribuída ao INEP e data de publicação informada de 8 nov. 2025.

SEMIOSES, sujeitos e ideologias no discurso digital: leitura discursivo-semiótica de *posts* do *Instagram* sobre a redação do Enem 2025. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Documento de trabalho em formato DOCX, versão revisada utilizada como primeira parte desta sequência analítica. (Texto não publicado dos autores)

¹ Professora da rede estadual de Rondônia (E.E.E.F.M. Maria do Carmo de Oliveira Rabelo) e na rede particular Colégio Clarice Lispector. Cursa Mestrado Profissional em Letras – ProfLETRAS, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Ji-Paraná-IFRO. Vinculada à linha de pesquisa Estudos da Linguagem e Práticas Sociais sob a orientação do professor Doutor Sérgio Nunes de Jesus, *campus* Cacoal-IFRO. Participa do programa +Professores do Governo Federal na Especialização em Ensino e Didática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (UNESC, *campus* Cacoal). Especialização em Multilinguagem e Ensino (UNESC, *campus* Cacoal) e Metodologia e Ensino em Língua Portuguesa e Língua Inglesa em (UNIFAEL). Faço parte dos grupos

de pesquisa em Semiótica Estudos Semióticos de Comunicação, Linguagens e Mídias (TEOLITERES, UNIR) e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA, IFRO). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4174625626526851> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8296-9327>

² Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB/FFCLC). Licenciado em História (UNICV). Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória (CUBM). Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-brasileira (FAMART). Especialista em Antropologia Brasileira (FAMART). Especialista em Direito Internacional (FACEO). Mestre em Linguística (UNIR). Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST). Doutor em Ciências da Educação (UTIC).

Doutor em Estudos da Linguagem (UNICAP). Fez estágio pós-doutoral em Ciências da Educação (UFLO). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social (UEMA). Professor permanente no PPGL-UNIR; PPGAgro-UNIR. Colaborador no PPGL-UNEMAT; ProfLETRAS-IFRO.

Pesquisador associado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - *Carmelita Nunes da Conceição* 'CARMÉ'). Atualmente coordena o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Lidera o grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP/CNPq-PDA-IFRO).

Pesquisador na Web of Science Researcher iD: PQA-4188-2026. Pesquisador, escritor, músico e poeta. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9648583745536616> ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>